

Avanço autoritário

Hong Kong cede à pressão da China e aprova lei para coibir dissidência

Legislação prevê prisão perpétua para crimes de traição e insurreição; medida frustra décadas de resistência pública e põe em xeque status de cidade internacional

HONG KONG

HONG KONG

O Parlamento de Hong Kong aprovou por unanimidade on tem uma lei de segurança nacional que prevê prisão perpétua para crimes de traição e insurreição. A aprovação frustra décadas de resistência e, segundo críticos, será um golpe duradouro na autonomia parcial prometida ao território por Pequim.

A nova legislação foi aprovada com extraordinária rapidez e concede às autoridades ainda mais poderes para reprimir a oposição a Pequim e ao governo de Hong Kong, estabelecendo penas para crimes políticos como traição e insurreição, que são vagamente definidas. Também reprime crimes como "interferência externa" e roubo de segredos de Estado, criando riscos para empresas multinacionais e grupos internacionais que operam no centro financeiro.

Analistas dizem que a legislação, que entrará em vigor no sábado, poderá ter um efeito inibidor sobre um vasto grupo de pessoas, incluindo empresários, funcionários públicos, advogados, diplomatas, jornalistas e académicos, levantando questões sobre o status de Hong Kong como uma cidade internacional.

EUA, Reino Unido e União Europeia expressaram preocupação com a lei e pediram aos legisladores que dediquem mais tempo para examinar o seu impacto.

Uma tentativa anterior de aprovar a lei, em 2003, desencadeou protestos em massa. Mas, destavez, muitas das figuras da oposição que poderiam ter contestado a legislação foram presas ou exiladas desde

Reaçã

EUA, Reino Unido e União Europeia expressam preocupação com lei e pedem cautela

que o Partido Comunista da China, sob a liderança de Xi Jinping, seu líder mais poderoso em décadas, impôs a primeira lei de segurança nacional, em 2020. Essa lei deu às autoridades uma ferramenta poderosa para reprimir a dissidência depois de meses de manifestações contra o governo que tomaram a cidade em 2019.

O líder de Hong Kong, apoiado por Pequim, John Lee, disse que o pacote de novas leis é necessário para erradicar a agitação e combater o que ele descreveu como espionagem ocidental. Com as leis aprovadas, segundo ele, o governo poderá se concentrar na economia.

ARTIGO 23. O projeto foi aprovado por unanimidade e legisladores e autoridades consideraram avotação um "momento histórico". Os legisladores aceleraram a votação, com maratonas de sessões até no fim de semana.

essões até no fim de semana. Quando Hong Kong, uma antiga colônia britânica, foi devolvida ao domínio chinês, em 1997, ela recebeu uma Constituição destinada a proteger as liberdades civis desconhecidas na China continental, como a liberdade de expressão, de reunião e de comunicação social. Mas a China também insistiu numa disposição chamada Artigo 23, que exigia que Hong Kong elaborasse um pacote de leis de segurança interna para substituir as leis de sedição da era colonial.

O esforço de Hong Kong, em 2003, para aprovar legislação de segurança interna desencadeou grandes protestos. Na época, altos funcionários também se demitiram e, nos anos que se seguiram, os líderes locais mostraram-se relutantes em levantar novamente a questão, por receio da reação pública.

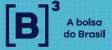
Mas, nos últimos meses, o Partido Comunista da Chine exigiu que o governo de Hong Kong promulgasse as leis do Artigo 23. Era pouco provável que a vontade de Xi não prevalecesse. O Executivo de Hong Kong é formado por políticos pró-Pequim desde que o governo chinês reformulou o sistema eleitoral para excluir candidatos que não são considerados "patriotas". • war

Para quem quer investir, um parceiro para começar. Para quem já investe, uma ferramenta sempre em evolução.

Experimente o chat de inteligência artificial de educação financeira da B3.



Acesse gratuitamente no Bora Investir



fech & So

PressReader.com +1 604 278 4604 copyreter and proficilly by APIN KABILLAN

pressredder resske